

REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DO CAPITAL EM MEIO À FINANCEIRIZAÇÃO E À PLATAFORMIZAÇÃO: o ajuste brasileiro em questão

Alba Maria Pinho de Carvalho, Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas;
Doutorado em Sociologia; albapcarvalho@gmail.com. Coordenadora.

Eliana Costa Guerra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; Doutora em Sociologia; elianacostaguerra@gmail.com

Antônio Victor de Mendonça Moreira, Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Sociologia; Doutorando em Sociologia; antvitormend@gmail.com

RESUMO

Como resultado de investigações dos proponentes, a Mesa visa discutir as configurações do Sistema do Capital, com dominância financeira, a partir da segunda década do século XXI, quando se tem em curso o aprofundamento da crise da reprodução ampliada do capital, a expressar-se em redefinições na economia mundial. Analisa a geopolítica das plataformas, a materializar modos peculiares de superexploração da força de trabalho, subsumida às novas dimensões do desenvolvimento técnico-científico, mediante plataformização. Circunscreve a precarização estrutural do trabalho, na contemporaneidade capitalista. Apresenta uma discussão da inserção subordinada e dependente do Brasil no capitalismo financeirizado, privilegiando os ciclos do ajuste, em suas especificidades. Demarca as reconfigurações do Estado, no período de 1990 a 2022, com ênfase no Brasil do Presente, pós-Golpe 2016.

Palavras-chave: Financeirização. Plataformização. Ajuste Brasileiro.

ABSTRACT

As a result of investigations by the proponents, the Board aims to discuss the configurations of the Capital System, with financial dominance, from the second decade of the 21st century, when the deepening crisis of the expanded reproduction of capital is underway, expressing itself in redefinitions in the world economy. It analyzes the geopolitics of platforms, materializing peculiar overexploitation of the workforce, subsumed to the new dimensions of technical-scientific development, through platformization. circumscribes the structural precariousness of work in contemporary capitalism. It presents a discussion of Brazil's subordinated and dependent insertion in financialized capitalism, focusing adjustment cycles, in their specificities. It marks the reconfigurations of the State, in the period from 1990 to 2022, with emphasis on the Brazil of the Present, after the 2016 Coup.

Key words: Financialization. Platformization. Brazilian Adjustment.















MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A DOMINÂNCIA FINANCEIRA:

configurações e tendências

Antônio Victor de Mendonça Moreira

Carlos Américo Leite Moreira

RESUMO

Este artigo discute a mundialização do capital, com dominância financeira, um dos processos encontrados pelo capital para enfrentar a tendência decrescente da taxa de lucro, a partir dos anos 1960, nas potências imperialistas centrais, sobretudo nos Estados Unidos, momento marcante em que ocorre uma transição no regime de acumulação mundial. Demarca-se, pois, diferenças teórico-analíticas, especificamente entre capital financeiro e capital portador de juros, a configurar os nexos entre algumas contemporâneas da economia mundial e a crise estrutural do capital. reverberando nos processos de financeirização desenvolvimento científico-técnico. No âmbito desta análise evidenciando contradições insanáveis do capital, constata-se o aprofundamento da hierarquização no sistema monetário internacional; reestruturação das formas de organização e gestão das grandes empresas multinacionais, afetando diretamente as relações de trabalho; aplicação de novas tecnologias, vinculadas à automação e à eletrônica digital; liberalização e desregulamentação das contas de capitais, afetando, sobremodo, os países periféricos.

Palavras-chave: Financeirização. Mundialização. Crise do Capital.

ABSTRACT

This article discusses the mundialization of capital, with financial dominance, a process found by the capital to face the tendency to fall in the profit rate, from the 1960s onwards, in the central imperialist powers, especially in the United States, a remarkable moment in which there is a transition in the world accumulation regime. Therefore, theoretical-analytical differences are outlined, specifically between finance capital and interest-bearing capital, in order to configure the nexuses between some contemporary trends in the world economy and the structural crisis of capital, reverberating in the processes of financialization and development scientific-technical. Within the scope of this analysis, evidencing capital's insurmountable contradictions, the deepening of hierarchization in the international monetary system can be seen; restructuring of forms of organization and management of large multinational companies, directly affecting work relations; application of new technologies, linked to automation and digital electronics; liberalization and deregulation of capital accounts, particularly affecting peripheral countries.

Keywords: Financialization. Mundialization. Capital Crisis.















1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, tomando como base os trabalhos de François Chesnais (1996, 2005, 2010, 2016), tem como objetivo discutir as principais determinações da mundialização do capital, momento marcante em que ocorre a transição do regime de acumulação fordista para o regime com dominância financeira, para, em seguida, apresentar algumas de suas configurações e tendências, no início do século XXI.

Para tal, demarcam-se diferenças entre capital financeiro e capital portador de juros, a fim de configurar os nexos entre tendências contemporâneas da economia mundial e a crise estrutural do capital, reverberando, sobremodo, nos processos de financeirização e do desenvolvimento científico-técnico.

Pode-se constatar que grandes massas excedentes de capital monetário, realizando o movimento do capital que porta juros, circulam, de forma aparentemente autônoma, em bolsas de valores e mercados secundários de títulos, configurando arranjos institucionais peculiares, cujo objetivo consiste em extrair, de modo cada vez mais aligeirado, parte do mais-valor social total, na forma de lucros especulativos.

2 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A DOMINÂNCIA FINANCEIRA

O fim do século XXI é marcado por uma condensação de transformações históricas que tratam, para muitos autores (CHESNAIS 1996, 2005; HARVEY, 1992; MOREIRA, 2015; PAULANI, 2012; PARANÁ, 2016), da transição do regime de acumulação que o capitalismo, em escala mundial, passou a enfrentar.

De fato, François Chesnais, em sua obra *A mundialização do capital* (1996), lança importantes bases teórico-analíticas para compreender tais transformações. O autor propõe, como tese fundamental, que o capitalismo ingressa em um novo estágio de desenvolvimento, isto é, no regime de acumulação "com dominância"







APOIO







REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

financeira", constituindo-se como uma possibilidade de superação do regime de acumulação precedente, compreendido como "fordismo" (CHESNAIS, 1996). Isso implica reconfigurações da própria "mundialização do capital", qualificada enquanto "resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos" (CHESNAIS, 1996, p. 43). O primeiro movimento consiste em uma "longa fase de acumulação ininterrupta do capital", iniciada em 1914, tal como Harvey (1992) identifica. O segundo movimento refere-se às

[...] políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Tais políticas consumaram uma nova "racionalidade" (DARDOT, LAVAL, 2016), marcada pela dominância ideológica do neoliberalismo, a legitimar o domínio do capital financeiro e das grandes empresas multinacionais, para que pudessem "destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes fosse conveniente" (CHESNAIS, 1996, p. 34, *grifos do autor*).

A rigor, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), destaca-se o papel imperialista dos Estados Unidos da América (EUA), ocupando um "lugar especial" na economia mundial, cujo exercício de dominação fundamenta-se, essencialmente, no "papel mundial do dólar"; na "capacidade de aplicarem a política monetária que quiserem"; na possibilidade de compensar possíveis baixas do nível de investimento interno, "drenando para si todos os capitais requeridos para financiar seu déficit orçamentário"; bem como na sua "proeminência militar" (*Ibid.*, p. 119).

Em coadunância a tais elementos, tem-se o protagonismo da "esfera financeira" — espaço institucional de atuação do poder político das frações dominantes do capital financeiro; de circulação e realização dos lucros especulativos; de tomada de decisão das políticas monetárias, fiscais e cambiais —, que "representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade" (*Ibid.*, p. 239).













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Assim, o atual momento do capitalismo determina uma hipertrofia da esfera financeira em relação à esfera produtiva — *lócus* efetivo de produção de valor e de mais-valor novos. Trata-se de novos desdobramentos do movimento do capital portador de juros, que transformam substancialmente os processos de financiamento da produção capitalista em geral. Ou seja, grandes massas de capital monetário duplicam-se, ou, mesmo, triplicam-se, delineando formas de capital fictício que circulam em mercados próprios, e, por isso, realizam movimentos aparentemente autonomizados da esfera produtiva, a ampliar possibilidades de extração do mais-valor social total, por meio da "pura" especulação.

De fato, os capitais concentrados e centralizados na esfera financeira assumem formas institucionais peculiares. São títulos financeiros que representam a propriedade de partes crescentes do fluxo da riqueza, tais como: (I) títulos da dívida pública; (II) títulos de participação dos rendimentos extraídos dos fundos de consumo dos trabalhadores, como os fundos de pensão; (III) títulos fundiários, como hipotecas e letras imobiliárias; (IV) títulos sobre fundos de investimentos de outros capitalistas, como *hedges* e mútuos; (V) títulos sobre taxas de câmbios etc.

Nesse sentido, emergiram, sobretudo, no interior da dinâmica financeira institucional dos países imperialistas centrais, mercados especializados na realização dos lucros especulativos, vinculados às remunerações de tais títulos financeiros. Isso implica, necessariamente, a criação e circulação de grandes massas de capital fictício, isto é, ações, opções e derivativos, que não possuem uma relação imediata com os processos efetivos de produção de valor e mais-valor novos, mas, na essência da reprodução do capital em geral, mantêm estreitos vínculos com a exploração da classe trabalhadora, mediante fenômenos como "plataformização" e "uberização" (DIJCK, POELL, WAAL, 2018; ABILIO, 2020).

No final da década de 1960, os mercados de "eurodólares", especificamente ingleses, constituíram-se como uma primeira alternativa aos capitais monetários excedentes dos EUA, em busca de extração de lucro especulativo *offshore*. Desse modo, confrontadas com "os regulamentos internos sobre a repatriação de lucros,













as multinacionais americanas confiaram suas reservas corporativas aos bancos da *City*. Eles foram peças-chave para o ressurgimento em Londres de um mercado internacional de empréstimos" (CHESNAIS, 2016, p. 45).

Em desdobramento posterior, a *City* londrina constituiu-se, também, como praça financeira para realização dos lucros especulativos vinculados aos "petrodólares", outro importante marco histórico da transição do regime de acumulação "fordista" para o regime de acumulação com dominância financeira. A rigor, os "petrodólares", a partir de 1974, foram "[...] grandes quantidades de dinheiro, provenientes do aumento dos preços do petróleo, que começaram a inchar a massa de capital que flui para a *City*" (CHESNAIS, 2016, p. 53).

Na década de 1980, a mundialização do capital e sua dominância financeira passam a integrar os países latinoamericanos, de forma subordinada e dependente, em meio ao que se convencionou chamar de "crise da dívida", anunciada com a declaração de moratória da dívida externa mexicana, em 1982 (CHESNAIS, 2005; FILGUEIRAS, 2006). No caso brasileiro, tal situação crítica de endividamento, compreendida como "década perdida" (GONÇALVES, POMAR, 2001), determinou ciclos de hiperinflação, culminando em pacotes e cartas de intenções, entre os últimos Governos Militares, os primeiros Governos da Nova República e o Fundo Monetário Internacional. A partir disso, ocorrem mudanças estruturais no próprio padrão de reprodução do capital, gestando novas formas de dependência e de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado, sobretudo, a partir de 1990 (CARVALHO, GUERRA, 2015; PAULANI, 2012).

Assim, François Chesnais, ao longo de décadas de estudos sistemáticos sobre o capitalismo, em escala mundial, indica que a crise e a transição do regime de acumulação "fordista", no fim da década de 1960, culminaram na consolidação de um novo regime de acumulação com dominância financeira, iniciado na década de 1970 e perdurando até o início do século XXI.

Na contemporaneidade capitalista, o regime de acumulação com dominância financeira assume uma de suas facetas mais violentas, ao manifestar um momento-













limite da crise estrutural de reprodução do capital (MÉSZÁROS, 2011a). Trata-se do colapso do sistema hipotecário-financeiro estadunidense, em que grande parte dos títulos *subprime*, vinculados ao financiamento habitacional de segmentos da classe trabalhadora estadunidense, foram capitalizados, isto é, "securitizados", mobilizados por bancos, fundos de pensão, *hedge funds*, *private equity* etc., a fim de extração dos lucros especulativos na esfera financeira (LAPAVITSAS, 2013; ROLNIK, 2019).

No momento em que tais títulos, constituídos como "garantias" futuras para apropriação da riqueza socialmente produzida, são brutalmente depreciados, em decorrência, sobretudo, da impossibilidade dos "devedores-moradores" honrarem com o pagamento de suas hipotecas, grandes instituições financeiras vão ao colapso, como, por exemplo, o *Lehman Brothers*. Tal cenário de destruição de grandes massas de capital fictício espalha-se pelos sistemas financeiros ao redor do mundo, de maneira desigual e em momentos históricos distintos, a assumir graves configurações para a esfera produtiva, até o presente.

3 CAPITAL FINANCEIRO E CAPITAL PORTADOR DE JUROS: DEMARCANDO DIFERENÇAS TEÓRICO-ANALÍTICAS

Para uma compreensão sistemática da contemporaneidade capitalista, duas categorias assumem centralidade: capital financeiro e capital portador de juros. Tais elementos teóricos merecem particular atenção, sobretudo para que se possa compreendê-los adequadamente, delineando suas diferenças, a reverberar no correto desvendamento dos processos que marcam a financeirização da economia.

Um dos primeiros pensadores a tratar rigorosamente da categoria "capital financeiro" foi Rudolf Hilferding, na obra *O capital financeiro* (1985[1910]). Muitos autores (CHESNAIS, 2010; DUMÉNIL, LÉVY, 2010; HARVEY, 2013 [1982]; LENIN, 2012[1916]; OSÓRIO, 2019), posteriores à publicação da obra, ainda estão de acordo, parcial ou totalmente, com os apontamentos de Hilferding. Tal categoria transforma-se, pois, em uma importante mediação, a conformar-se entre as













determinações mais abstratas do Sistema do Capital e suas expressões mais concretas no desenrolar da História.

No começo do século XX, há uma determinação recíproca, tanto da Grande Indústria quanto do Grande Banco, a configurar uma "unidade" dos diferentes ciclos funcionais do capital, desdobrando-se em fusões e aquisições de empresas particulares de diversos setores da economia. Tal processo assegurou a passagem do "capitalismo concorrencial" para o "capitalismo monopolista" (LENIN, 2012).

Diante disso, Hilferding (1985, p. 219) caracteriza o "capital financeiro" enquanto "o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial", mas "mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário — de capital rendoso — e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro". Nesse sentido, "extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular do capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital da sociedade" (*Ibid.*, p. 277, *grifos do autor*),

O "poder unitário" do qual Hilferding faz referência é correlato à noção, apresentada por Duménil e Lévy (2010, p. 187), de "finança", compreendida como "a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras, encarnações e agentes de seu poder", em que é descrito como "a capacidade da fração superior da classe capitalista de controlar os mecanismos econômicos segundo seus objetivos e interesses".

De modo complementar, Lenin (2012, p. 124) aponta para a dinâmica do "imperialismo", caracterizada a partir de cinco elementos: (I) "concentração da produção do capital", indicando o papel decisivo dos monopólios nos processos mundiais de acumulação; (II) criação do "capital financeiro" e de uma "oligarquia financeira", a partir da "fusão do capital bancário com o capital industrial"; (III) "exportação de capitais"; (IV) "formação de associações internacionais monopolistas capitalistas"; (V) "partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais











importantes", a implicar o neocolonialismo de África e Ásia, bem como formas de dependência, especificamente na América Latina

Contudo, cabe indicar algumas críticas na delimitação de Hilferding sobre o capital financeiro. Harvey (2013), de acordo com críticas tecidas, também, por Brunhoff (1978) e Lenin (2012), critica as contribuições de Hilferding acerca do "sistema financeiro e sua base monetária", ou seja, no trato que se dá ao dinheiro e às suas determinações na dinâmica de seu próprio desenvolvimento histórico. Desse modo, Harvey (2013, p. 417, *grifos nossos*) afirma que "a análise do capital financeiro como um fluxo revela a *unidade* e o *antagonismo* subjacentes entre as operações financeiras e de produção do mais-valor", consistindo em uma análise "*unilateral* e *simplista*, porque ele não trata da maneira específica que a unificação do capital bancário e do capital industrial internaliza uma contradição insuperável".

Chesnais, em sua obra *Finance Capital Today: Corporations and banks in the lasting global slump* (2016), também observando certa "unilateralidade" da categoria "capital financeiro" de Hilferding, propõe uma importante diferenciação das novas dinâmicas do financiamento e da acumulação na esfera financeira. O autor, por razões de "clareza analítica", resolve manter e validar a pertinência da categoria apresentada por Hilferding (1985), aprimorada posteriormente por Lenin (2012), de "capital financeiro", referenciada nos seus escritos como *finance capital*.

Com isso, a partir da observação de outros fenômenos, Chesnais propõe outra noção, traduzida livremente como "capital de aplicação financeira", em inglês, financial capital. Sobre tal noção, Chesnais (2016, p. 5) afirma que "o termo capital de aplicação financeira [financial capital] designa o que as contas nacionais chamam de 'corporações financeiras'", isto é, os capitais de aplicação financeira, "centralizam o mais-valor na forma de dividendos, juros de dívida pública e dívida corporativa, lucros retidos, bem como fluxos de renda correntes e poupança das famílias" (*Ibid.*, p. 6).

A rigor, o capital de aplicação financeira, diferentemente da conceituação de capital financeiro, corresponde aos montantes de dinheiro que, na aparência do seu















movimento de valorização, rendem "algo", a partir de sua circulação em um tempo determinado. Tal movimento, para a teoria marxiana do valor, refere-se ao movimento geral do capital portador de juros, D-D´, apresentado por Karl Marx no livro III d'O Capital.

Adentrando nos circuito dessa forma peculiar do capital, tem-se que certo volume monetário portador de juros, na qualidade de capital *in potentia*, determina que o dinheiro se converta em uma mercadoria *sui generis*, em outras palavras, "o capital como tal torna-se mercadoria" (MARX, 2017, p. 386). Desse modo, um capitalista monetário, baseando-se na taxa média de lucro, encara seu montante de dinheiro como um *capital potencial*, possível de *gerar* dinheiro acrescido, simplesmente pelo fato de ter a capacidade de passar para as mãos de outrem, um capitalista ativo, estando efetivamente envolvido nos ciclos produtivo ou comercial, mediante um determinado tempo de resgate futuro do valor inicialmente emprestado. Logo, a parte do lucro para quem o capitalista monetário emprestou seu dinheiro é recolhida por ele sob a rubrica de juro.

Quando o dinheiro funciona como capital portador de juros, tem-se que a primeira troca de lugar do dinheiro, do capitalista monetário para o capitalista ativo, D-D, não é fator de metamorfose alguma. Só existe metamorfose no momento em que o dinheiro é desembolsado uma segunda vez, agora pelo capitalista ativo, efetivamente envolvido nos ciclos produtivo e/ou comercial, para a compra e venda das mercadorias necessárias ao processo de valorização. O que ocorre no primeiro ato, D-D, é apenas uma troca de mãos do dinheiro do primeiro para o segundo capitalista.

Em corroboração a isso, Chesnais (2010, p. 112) afirma que o "proprietário do capital de empréstimo não se desfaz, então, jamais da propriedade do capital. Ele permanece o proprietário durante o tempo em que esse capital funciona como capital nas mãos de outros". Ou seja, o capital que porta juro não somente deve retornar às mãos do capitalista monetário como dinheiro conservado, mas também











como dinheiro acrescido, fertilizado de mais-valor por outros capitalistas especializados nos ciclos produtivo e/ou comercial.

A peculiaridade do capital portador de juro é sua aparência externalizada do "refluxo" do dinheiro fertilizado (D´) ao seu proprietário, o capitalista monetário. O movimento D-D´, realizado pela especialização desses capitalistas monetários no empréstimo de dinheiro, difere, apenas formalmente, do ciclo geral da circulação do capital, D-M-D´. No ciclo D-D´, a propriedade do dinheiro não é transferida a outrem, mas há uma mera "transação jurídica, que não tem relação nenhuma com o processo real de reprodução do capital e apenas lhe serve de introdução" (MARX, 2017, p. 395, grifos nossos). Ou seja, a forma de seu movimento está apartada de seu conceito, a exploração do trabalho vivo ou pretérito é completamente obscurecida quando capitalistas se especializam nesse ciclo.

Assim, é por meio dessa forma "peculiar" do capital que se consumam objetivamente as relações mais mistificadas de produzir e se apropriar da riqueza social, ou seja, estabelece-se, sobretudo no atual momento histórico da mundialização, com dominância financeira, o fetiche do capital, isto é, "a ideia que atribui ao produto acumulado do trabalho [...] a capacidade de criar mais-valor em progressão geométrica por meio de uma misteriosa qualidade inata, como um *puro autômato*" (*Ibid.*, p. 449, *grifos nossos*), de modo que toda a riqueza (pretérita, presente e futura) aparece agora como propriedade do capital.

4 FINANCEIRIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO-TÉCNICO COMO EXPRESSÕES DA CRISE DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL

Evidenciou-se que grandes massas excedentes de capital monetário, a assumirem o movimento geral de capital que porta juro, passam a circular em bolsas de valores e mercados secundários de títulos, configurando arranjos institucionais peculiares, cujo objetivo consiste em extrair, de modo cada vez mais aligeirado, parte do mais-valor social total, na forma de lucros especulativos. Este











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

processo de financeirização da economia mundial, sob liderança imperialista dos capitalistas financeiros estadunidenses, corresponde a uma das formas de expressão da própria crise de reprodução ampliada do capital (MÉSZÁROS, 2011a).

Nesse sentido, o Sistema do Capital confronta-se com os seus próprios problemas, que não podem ser adiados por muito tempo e que não encontram mais soluções, a longo e médio prazos, dentro de si mesmo. É este o contexto da crise estrutural do capital da qual Mészáros (2011a) faz referência, a aprofundar-se, em 2008, após o colapso hipotecário-financeiro dos EUA. O autor, em trabalho posterior, afirma que,

> [...] sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral (MÉSZÁROS, 2011b, p. 100).

Diante disso, pode-se afirmar que a mundialização e sua dominância financeira constituem-se como perigosos desdobramentos da crise de reprodução ampliada do capital, deflagrada nas últimas décadas do século XX, perdurando até a contemporaneidade. Como demonstrado (CHESNAIS, 1996, 2016; HARVEY, 1992, 2013; LAPAVITSAS, 2013; PIKETTY, 2013), após um período quase ininterrupto de expansão capitalista, o atual padrão de acumulação com dominância financeira é determinado pela incapacidade do capital em geral de conseguir reporse e ampliar-se a uma taxa média de lucro praticada em momentos anteriores, mais precisamente, entre 1914 e 1973.

Desse modo, destacam-se marcos gerais da crise de reprodução ampliada do capital, quais sejam: (I) aprofundamento da hierarquização do sistema monetário internacional, no qual o dólar estadunidense assume centralidade, especificamente, com o fim do padrão ouro-dólar, em 1971; (II) reestruturação das formas de organização e gestão das grandes empresas multinacionais, afetando diretamente as relações de trabalho, as quais apontam para uma elevação da taxa média de exploração das classes trabalhadoras em todo o mundo; (III) aplicação de novas tecnologias, vinculadas à automação e à eletrônica digital, inicialmente, no âmbito













HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA

infraestruturas de comunicações e transportes; (IV) liberalização das desregulamentação das contas de capitais, sobretudo dos países periféricos e dependentes, garantindo a extração parasitária de rendimentos especulativos de capitais de aplicação financeira advindos dos países imperialistas centrais, a materializar-se em novas formas institucionais, como fundos de pensão, fundos mútuos, hedge etc; (V) dominância da ideologia e dos programas neoliberais, alterando as funções desempenhadas pelos Estados nos processos de acumulação, sob os marcos de pesados ajustes fiscais; (VI) agravamento das tensões militares, políticas e tecnológicas, no cenário de disputa entre EUA e China, a fim de ocupar a dominância dos processos de acumulação em escala mundial.

Além da financeirização, há outra tendência mobilizada pelo capital para conter sua crise estrutural: o desenvolvimento científico-técnico. Tal tendência, em imbricação a dominância financeira, proporciona condições objetivas para a ampliação da acumulação, delineando caminhos e barreiras, muitas delas, intransponíveis, para que tal expansão ocorra ao longo das próximas décadas. Os ganhos de produtividade, advindos da inserção da automação e da eletrônica digital nos processos produtivos, determinam, pois, novas formas de processamento, armazenamento e circulação da informação, a repercutir na ampliação das taxas de exploração, aliada à liberação crescente dos trabalhadores dos processos de trabalho, isto é, ao desemprego estrutural.

Nesse sentido, de acordo com os trabalhos de Marx (2017), pode-se argumentar que o desenvolvimento das forças produtivas, a incluir o avanço da ciência e da tecnologia, implica, necessariamente, o acirramento da luta intercapitalista pela elevação da produtividade do trabalho e pela apropriação de partes extraordinárias da riqueza socialmente produzida, em um tempo de rotação cada vez mais curto, apresentando-se como força contra-arrestante da tendência decrescente da taxa de lucro.













5 CONCLUSÃO

Diante das contribuições de distintos autores, discutiram-se as dinâmicas contemporâneas da mundialização do capital, com dominância financeira, evidenciando que os capitais monetários excedentes, sobretudo dos capitalistas financeiros estadunidenses, após o fim da década de 1960, assumem o movimento geral de capital que porta juro e passam a circular em mercados de títulos financeiros, a fim de extrair, de modo cada vez mais aligeirado, parte do mais-valor social total, na forma de lucros especulativos, mediante distintas formas de capital fictício.

Neste imbricado processo, tem-se que a financeirização e o desenvolvimento científico-técnico expressam duas formas privilegiadas de resposta do capital à sua crise estrutural, a indicar importantes tendências de sua expansão na contemporaneidade. Dessas formas, emergem novas contradições, ou, nos termos de David Harvey (2016), "contradições perigosas", que indicam sérios limites à própria reprodução da vida humana e do meio ambiente. Trata-se, portanto, de contradições que ameaçam o Sistema do Capital como um todo, bem como a Humanidade, quais sejam: o crescimento exponencial infinito; a relação do capital com a natureza; e a alienação universal, como revolta da natureza humana (HARVEY, 2016). Em suma, vivencia-se um momento histórico no qual o capitalismo, cada vez mais, não consegue superar efetivamente as contradições que ele mesmo engendra, a circunscreverem dimensões estruturais de sua crise.

REFERÊNCIAS

ABILIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time. In*: ANTUNES, R (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BRUNHOFF, S. de. A moeda em Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.













CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, Eliana Costa. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, v.19, n.1, p. 41–60, 2015.

Políticas Públicas . São Luís, v.19, n.1, p. 41–60, 2015.
CHESNAIS, F. A mundialização do capital . 1. Ed. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. <i>In</i> : A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências . CHESNAIS, François (org.). p. 35–68, São Paulo: Boitempo, 2005.
A proeminência da finança no seio do "capital em geral", o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. <i>In</i> : A finança capitalista . BRUNHOFF, Suzanne <i>et al.</i> p. 95–182, São Paulo: Alameda, 2010.
Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump. 1. Ed. Boston: E. J. Brill, 2016.
DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal . 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. <i>The Platform Society</i> . New York:Oxford University Press, 2018.
DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. <i>In</i> : A finança capitalista . BRUNHOFF, Suzanne <i>et al.</i> p. 95–182, São Paulo: Alameda, 2010.
FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. <i>In</i> : <i>Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales</i> . Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, Buenos Aires. Ago. 2006.
GONÇALVES, R.; POMAR, V. O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
HARVEY, D. Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
Os limites do capital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
17 contradições e o fim do capitalismo . 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.







APOIO







HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LAPAVITSAS, C. *Profiting without producing: how finance exploits us all*. 1. Ed. Brooklyn, NY: Verso, 2013.

LENIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção do capital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MOREIRA, C. A. L. O financiamento especulativo dos grandes grupos econômicos na origem da crise do regime de acumulação de dominância financeira. **Revista De Políticas Públicas**, *8*(2), 27–56, 2015.

OSORIO, J. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PARANÁ, E. **A finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional**. Florianópolis: Insular, 2016.

PAULANI, L. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 10, abr./jun. 2012.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.













A GEOPOLÍTICA DA PLATAFORMIZAÇÃO E O CENÁRIO DE PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO

Eliana Costa Guerra Natan do Santos Rodrigues Junior

RESUMO

O presente artigo discute os nexos entre as novas reconfigurações do mundo do trabalho e os processos da plataformização, que irradiam-se, desigual e hierarquicamente, de uma posição geopolítica específica, isto é, dos países capitalistas centrais, sob a dominância dos Estados Unidos. No atual contexto da financeirização da economia, a plataformização determina novas formas de exploração da força de trabalho, que se torna supérflua e sobrante, com acesso a empregos cada vez mais precários, sem seguridade social e com menores perspectivas de futuro. Para realizar tal discussão, busca-se na literatura especializada, nacional e estrangeira, determinações teórico-analíticas, a fim de relacionar tais fenômenos no contexto da contemporaneidade capitalista. Assim. constatou-se plataformização do trabalho institui uma nova forma de organização, gestão e controle do labor que tende a ampliar a precarização estrutural para um número crescente de trabalhadores, por meio da negação da condição jurídica de empregado.

Palavras-chave: Plataformização; Precarização; Mundo do Trabalho

ABSTRACT

This article discusses the nexuses between the new reconfigurations of the world of workforce and the processes of the platformization, which radiate, unequally and hierarchically, from a specific geopolitical location, that is, from the central capitalist nations, under the dominance of the United States. In the present context of the financialization of the economy, platformization determines new forms of exploitation of the workforce, which becomes superfluous and leftover, with access to increasingly precarious jobs, without social security and with less prospects for the future. To conduct such discussion, we search in the specialized literature, national and foreign, for theoretical-analytical determinations, in order to relate such phenomena in the context of capitalist contemporaneity. Thus, it could be seen that the platformization of work institutes a new form of organization, management and control of work that tends to increase structural precariousness for a growing number of workers, through the denial of the legal status of employees.

Key words: Platformization; Precariousness; World of Workforce















1 INTRODUÇÃO

A plataformização é um fenômeno contemporâneo que tem suas raízes na década de 1970, com a revolução científico-técnica, difundindo-se amplamente no *ciberciruitos* digitais. A partir da utilização das plataformas na economia mundial, os "usuários", quer trabalhadores, quer gestores, quer empresas produtoras, produzem continuamente informações de toda ordem, a converterem-se em dados digitais, que são processados de forma mais ou menos automatizada, mediante um conjunto de instruções programadas para fins determinados, isto é, por meio da implementação de uma complexa rede de algoritmos. A plataformização tem uma dinâmica desigual e hierárquica, com base nas posições ocupadas pelos países no Sistema do Capital. Assim, tal processo irradia-se dos países capitalistas centrais, para os países periféricos, sob a dominância dos Estados Unidos, em disputa com o modelo chinês de plataforma.

Sustentamos, como tese central, a existência de uma imbricação orgânica entre financeirização e plataformização. O capital portador de juros, circulando na esfera financeira, tem uma articulação com o ecossistema de plataformas, na busca por realização, de modo cada vez mais intenso e aligeirado, de extração do maisvalor social total, implicando na intensificação da superexploração da força de trabalho, a reduzir o tempo de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Estamos diante da configuração de uma massa de força de trabalho que, ao longo das últimas décadas, vem se tornando supérflua e sobrante, do ponto de vista do capital, com acesso a empregos cada vez mais precários, sem seguridade social ou, mesmo, sem forma alguma de subsistência e perspectiva de futuro. Trata-se de uma classe trabalhadora com profundas cisões e clivagens: alguns extratos crescentemente minoritários e ultraqualificados, em meio a um gigantesco contingente de precarizados, completamente desprovidos de condições de emprego nas plantas produtivas, a atingir, com especial dramaticidade, as nações periféricas e dependentes. Ou seja, está em curso a emergência de um novo proletariado de











serviços, que se desenvolve com o trabalho digital, *on-line* e intermitente, por meio de plataformas, e com o uso abrangente de dados digitais e relações estabelecidas por demanda (ANTUNES, 2020).

Assim, o presente texto fundamenta-se em extensa pesquisa bibliográfica, na literatura nacional e estrangeira. Estrutura-se a partir de dois eixos específicos: a geopolítica das plataformas; plataformização, superexploração e precarização do trabalho. Esboçamos vias analíticas, a continuar e aprofundar uma agenda de investigação.

2 CONFIGURAÇÕES FUNDANTES DA PLATAFORMIZAÇÃO: UMA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Parte-se da conceituação de "plataforma" enquanto "uma arquitetura digital programável" (DJICK; POELL; WAAL, 2018) de controle, processamento e distribuição de informações que, ao longo do processo histórico, constitui-se, cada vez mais, como parte integrante da economia política do capital, em escala mundial.

A unidade básica de qualquer plataforma é o dado digital, constituído por códigos binários e representado por uma cadeia logicamente organizada de dígitos alfanuméricos (bits). Tais dados são produzidos, armazenados e transmitidos mediante dispositivos que possuem hardware e software integrados, tais como computadores, smartphones, smart-tvs, tablets, smartwatches, entre outros. Nos circuitos ciberdigitais de reprodução do capital, as plataformas estão estreitamente articuladas ao avanço da assim chamada "Inteligência Artificial", a expressar o acúmulo de um conjunto de saberes humanos, aplicados aos processos de tomada de decisão por máquinas computadorizadas, retroalimentados e relativamente autonomizados dos trabalhadores que as operam, tendo como marco processos compreendidos como Machine Learning, Deep Learning etc.













O desenvolvimento das plataformas possui uma raiz histórica determinada, inserida no que se compreende por "revolução científico-técnica" (RICHTA, 1972; DOS SANTOS, 1983). Ou seja, a plataformização é uma consequência direta do mais recente processo de desenvolvimento da automação e da eletrônica digital, estabelecidas a partir dos anos 1970, marcadamente nos Estados Unidos da América (EUA). Em um primeiro momento, no interior dessas transformações, ganha proeminência as profundas reconfigurações nos setores de bens de capital, especificamente, nas indústrias da computação, *microchips* e nanotecnologia.

Trata-se, pois, da produção industrial de processadores e memórias digitais miniaturizados, que ampliam exponencialmente a velocidade e o volume de processamento das informações, a reverberar, inicialmente, nas reconfigurações dos processos de gestão, armazenamento e análise de dados financeiro-contábeis de algumas empresas estadunidenses e europeias (DOS SANTOS, 1983). Nos anos 1970, encabeçando as mudanças nesses setores industriais, destacam-se empresas estadunidenses, como IBM, Intel, Apple e Microsoft, as quais se vinculam, desde sua fundação, aos capitais em circulação nas bolsas de valores, para o financiamento das contínuas expansões de suas capacidades produtivas.

Em um segundo momento, a partir dos anos 1990, a delinear o atual ciclo da automação e da eletrônica digital, tal revolução científico-técnica integra-se aos setores de bens de consumo domésticos e de serviços em geral, sobretudo, a partir da massificação dos computadores de uso pessoal e dos *smartphones*. Nesse sentido, emergem, ainda nos EUA, empresas como Orkut, Facebook, Google, Whataspp e Instagram, as quais, rapidamente, passam por um intenso processo de fusões e aquisições, concluindo, em pouco menos de duas décadas, o processo de oligopolização desse novo setor econômico que surge com o avanço da plataformização da vida social.

Em 2022, a Revista Forbes destaca as dez maiores empresas de plataforma no mundo, indicando país de origem e valor de mercado, sendo elas: Apple (EUA, US\$ 2,6 trilhões); Google-Alphabet (EUA, US\$ 1,6 trilhão); Facebook-Meta (EUA,















US\$ 499,9 bilhões); TSMC (Tawan, 494,6 bilhões); Tencent (China, US\$ US\$ 414,3 bilhões); Microsoft (EUA, US\$ 367,3 milhões); Samsung (Coreia do Sul, US\$ 367,3 milhões); Cisco (EUA, US\$ 213,4 bilhões); Intel (EUA, US\$ 190,3 bilhões) e IBM (EUA, US\$ 124,3 bilhões).

Especialmente a partir dos anos 2010, tem-se a consolidação da TSMC e da Tencent, empresas sino-taiwanesas que ingressam na disputa intercapitalista pela liderança da produção das últimas gerações de *microchips*. Tal configuração contemporânea expressa a mais recente geopolítica das plataformas, marcada pelo conflito tecnológico, econômico, político e ideológico entre EUA e China, no plano de influência e dominação do ciberespaço digital, em escala mundial.

Desse modo, pode-se constatar que os dados digitais, ao se tornarem conversíveis às formas mercadoria e dinheiro, criam novos setores econômicos com ocupações formas jurídico-institucionais específicas. novas orientados. sobremodo, à produção, circulação, armazenamento e consumo das informações dos usuários das distintas plataformas. Nesse sentido, agentes da grande indústria, dos grandes setores de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, bem como especuladores financeiros, transformam os dados digitais em força produtiva, isto é, em um meio para realização dos processos de acumulação de capital. Para Sadowski (2019, p.1, tradução nossa), "embora os dados não sejam o mesmo que lucro, eles compartilham uma lógica semelhante", isto é, "o impulso para acumular dados, agora, impulsiona novas formas de fazer negócios e governança".

A contínua integração dessa arquitetura digital à vida social consubstancia, precisamente, a chamada "plataformização", ou seja, a "interpenetração das infraestruturas digitais, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas nos diferentes setores econômicos e esferas da vida" (DIJCK, 2021, p. 2804, tradução nossa). Todavia, tal arquitetura não está homogeneamente espacializada, mas estreitamente vinculada aos movimentos desiguais e combinados de acumulação do capital, bem como ao exercício de dominação dos EUA, em acirrada disputa contemporânea com o modelo chinês de plataforma.











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Delineia-se, pois, um verdadeiro "ecossistema de plataforma", a constituir-se como um conjunto de poderosas empresas estadunidenses que utilizam distintos mecanismos de "datificação", "comoditização" e "seleção" de informações (DJICK; POELL; WAAL, 2018), em estreita imbricação com o processo de financeirização da economia mundial, especificamente, após 1970, a expressar uma das principais frentes de atuação do capital para lidar com sua crise de reprodução ampliada. Contudo, longe de ser homogêneo, tal "ecossistema" opera de forma hierarquizada e desigual, especificamente, com o estabelecimento de um oligopólio de conglomerados financeiros, compreendidos como "*Big Five*", ou GAFAM - acrônimo das cinco maiores empresas de plataforma do ecossistema dominado pelos EUA, Google-Alphabet, Apple, Facebook-Meta, Amazon e Microsoft.

A atuação desses capitalistas não paira magicamente sobre a sociedade. No entanto, para que as plataformas digitais atuem concretamente, exige-se, cada vez mais, um robusto financiamento estatal, atrelado à constante ampliação de uma complexa rede infraestrutural de telecomunicações, materializada em cabos submarinos de fibra óptica, satélites espaciais de geoposicionamento, centros de armazenamento de dados, pontos de acesso *wireless*, caches, antenas de transmissão, dentre outros.

Assim, para que tais empresas possam operar digitalmente em rede, necessita-se de um sistema infraestrutural socialmente produzido e mantido, que permite o uso mais ou menos generalizado da *Internet* e de outros sistemas de conexão e compartilhamento de dados digitais. Com isso, para Dijck (2021, p. 2805, *tradução nossa*), todos esses elementos concretos "contribuem para uma infraestrutura digital global – uma estrutura da qual muitas empresas e Estados dependem para construir suas plataformas e serviços *online*".

Diante dessa caracterização básica, podem ser demarcadas duas chaves analíticas para compreender os processos de plataformização na contemporaneidade capitalista: (I) as plataformas digitais constituem parte fundante da rede infraestrutural de telecomunicações, física e/ou digital, funcionando como













forca produtiva do capital, em escala mundial; (II) o caráter hierárquico e desigual do ecossistema de plataformas reflete o exercício oligopólico do poder políticoeconômico das maiores empresas do setor, em sua maioria, sediadas nos EUA, sendo emblemático o caso da GAFAM.

Todavia, há uma divisão, apontada por Brancher e Polita (2023, p. 41), entre as arquiteturas digitais sob influência dos EUA e da China, sustentando que "[...] o funcionamento dos ecossistemas de plataformas digitais reflete a orientação ideológica que permeia seus respectivos ciberespaços geográficos de atuação". autores, "ciberespaço internacional estadunidense" 0 ideologicamente orientado pelo neoliberalismo, enquanto que o "ciberespaço nacional insulado chinês" organiza-se, primordialmente, em torno do planejamento estatal. Assim, tomando por base a orientação ideológica, Brancher e Polita (2023) estabelecem uma diferenca fundamental entre os ecossistemas de plataforma estadunidense e chinês, a partir da natureza da atuação do Estado.

Desse modo, as "Big Five", funcionando como "plataformas infraestruturais", constituem "[...] o coração do ecossistema sobre o qual outras plataformas e aplicativos podem ser construídos" (DIJCK; POELL; WAAL, 2018, p. 13). As funções exercidas por tais empresas compreendem distintas ações: busca e navegação na rede: manutenção de servidores de dados em "nuvem"; troca de mensagens instantâneas; constituições de redes de publicidade; sistemas de pagamento; serviços de identificação facial e análise de dados individuais; serviços de geolocalização, entre outras. Por sua vez, as plataformas inseridas em setores específicos da economia mundial, como alimentação, transporte e hotelaria, que precisam do suporte físico e/ou digital das plataformas infraestruturais, são consideradas pelos autores como "plataformas setoriais", destacando iFood, Uber e Airbnb, respectivamente.

Ademais, a hierarquização entre tais plataformas, especificamente, no ecossistema sob domínio estadunidense, configura uma espacialização desigual de sua rede de atuação, irradiando-se de uma localização geopolítica específica, isto é,













dos países capitalistas centrais, sob a dominância da potência imperialista, os EUA. Assim, pode-se falar de uma geopolítica das plataformas, vinculada à divisão internacional do trabalho, e à atuação das grandes empresas financeiras e do Estado estadunidenses no sistema capitalista mundial.

Tem-se, ainda, que a plataformização está essencialmente vinculada ao capital de aplicação financeira, dinâmica também protagonizada por agentes financeiros estadunidenses (CHESNAIS, 1996, 2016). Inegavelmente, as complexas redes de propriedade acionária das empresas de plataformas estadunidenses, seja infraestruturais ou setoriais, constituem-se como um importante canal de alocação de grandes massas excedentes de capital monetário em circulação, que buscam, de modo cada vez mais aligeirado, a apropriação do mais-valor social total, na forma de lucros especulativos.

Assim, desde seu nascedouro, atrelado à dinâmica da mais recente revolução científico-técnica, desencadeada a partir de 1970, o ecossistema de plataformas digitais insere-se nos processos de financeirização da economia mundial, sob dominância dos EUA e de suas empresas, construindo nexos concretos entre as formas de centralização e concentração da propriedade acionária, dos fluxos de riqueza, tanto na esfera produtiva quanto na esfera financeira e das novas modalidades de exploração da força de trabalho.

3 PLATAFORMIZAÇÃO, SUPEREXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A ofensiva contemporânea do capital sob a dominância financeira, em permanentes articulações e tensões com a esfera produtiva, tem consequências desastrosas para a classe trabalhadora, em escala mundial, a partir de um duplo processo, contraditório e combinado: (I) cria novos e restritos empregos especializados e qualificados - concentrados, em especial, nos países imperialistas centrais, onde se aglutina a chamada "indústria limpa" (de alta tecnologia) - para o topo da classe trabalhadora que tem domínio das tecnologias da informação e da













comunicação, da indústria de *software* e do aparato informacional-digital; (II) estes raros empregos criados substituem, em função da robotização e da automação, uma massa de empregos intermediários, a agravar os processos de desemprego estrutural. Assim, os postos de trabalho restantes estão submetidos a uma precarização estrutural, em meio à chamada "flexibilização", sustentada no desmonte de direitos trabalhistas, na perda de vínculos formais, ou com contratos parciais e intermitentes, dependendo do ramo da produção.

A lógica contemporânea da acumulação capitalista tende a expandir, mundialmente, o "trabalho morto", sob o comando do maquinário digital, nos meandros da plataformização, com a consequente redução do "trabalho vivo" (MARX, 2011). Isso se dá mediante a eliminação de postos de trabalho formais, por meio do uso de ferramentas automatizadas. Trata-se de uma dupla determinação: a intensificação da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005), em escala mundial; a ampliação do contingente de trabalhadores intermitentes e precarizados.

As mudanças no padrão de acumulação e reprodução do capital engendraram uma centralização direta e internacional do comando capitalista sobre a classe trabalhadora, simultaneamente à extrema descentralização do processo de trabalho (FONTES, 2017). Com efeito, esses conglomerados empresariais financeiros apresentam-se como "empresas de tecnologias digitais", intermediadoras entre "prestadores de serviço" e "clientes". Em verdade, ao se assumirem, tão somente, como empresas ligadas ao setor de tecnologia, as plataformas utilizam o artifício jurídico para não se responsabilizarem por seus trabalhadores. Tais empresas alegam eliminar a subordinação nas relações de trabalho, afirmando que seus "colaboradores" possuem "autonomia" e "liberdade" para trabalharem quando, onde e como quiserem (FILGUEIRAS, ANTUNES, 2020). Efetivamente, tal narrativa oficial configura uma ideologia, ao mascarar a própria natureza destas corporações, bem como ocultar vínculos trabalhistas e relações de controle e subordinação.





APOIO





A rigor, este léxico e retórica empresariais, expressos sob o discurso do "empreendedorismo", configuram uma "forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada" (MÉSZÁROS, 2004, p. 65). Logo, ao invés de uma massa de "empreendedores", assistimos ao cenário dramático da conformação de um imenso contingente de "trabalhadores just-in-time", como bem define Ludmila Abílio (2020). Com efeito, estes trabalhadores estão plenamente disponíveis ao trabalho e "arcam com os riscos e custos de sua própria produção, sendo utilizados na exata medida das demandas do mercado" (ABILIO, 2020, p. 112), e remunerados, somente, pelo tempo em que estão realizando o trabalho, mesmo que estejam conectados e disponíveis às demandas das plataformas.

Tal modalidade precária de contratação provoça nos trabalhadores insegurança e imprevisibilidade, relativas à sua subsistência e, mesmo, em relação ao momento de exercer sua atividade laboral. Decerto, a ausência de contratos formais com jornadas de trabalho definidas não é inédita nas relações de produção capitalistas. Ainda no século XIX, Karl Marx evidenciava a tendência a uma dissimulação das relações entre capital e trabalho, através do pagamento de salários por "peças", quando a remuneração do trabalhador dependia da sua produção, não de uma jornada determinada. Sobre isto, afirma Marx (2011):

> Dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade. [...] É igualmente do interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois assim aumenta seu salário diário ou semanal (2011, p. 624-625).

É possível afirmar que os atuais processos da chamada "plataformização" do trabalho remontam a formas pretéritas de exploração que pareciam fazer parte do museu de barbaridades do capital. Por esta razão, Ricardo Antunes sugere a instigante hipótese de que o chamado capitalismo de plataforma – impulsionado e comandado pelas grandes corporações multinacionais, sobretudo estadunidense assemelha-se, em certas perspectivas, à protoforma do capitalismo, visto que, em pleno século XXI, centenas de milhões de indivíduos exercem modalidades de













trabalho características de uma "era de servidão", sofrendo as aviltações de uma "escravidão digital" (ANTUNES, 2020).

Além dos custos e dos riscos, a plataformização transfere parte do gerenciamento do processo de trabalho para os próprios trabalhadores, embora subordinados e em constante ameaça pela concorrência e desemprego. Indubitavelmente, o desemprego permanece como a maior ameaça para a população trabalhadora, expressão inconteste do despotismo do capital e meio de disciplinamento popular. Como afirma Abílio (2020):

[...] a transferência para o próprio trabalhador da administração de seu trabalho, de custos e riscos não significa perda de controle sobre sua produção, ao contrário. Estabelecem-se novos mecanismos simultaneamente brutais e fluidos, como metas, bonificações, participações nos lucros e resultados, que possibilitam delegar ao trabalhador o gerenciamento de sua própria produtividade – papel que ele cumpre bem, como evidenciam formas toyotistas de organização do trabalho, as quais têm, em seu cerne, o engajamento emocional, subjetivo, do trabalhador, estabelecendo novas formas de apropriação e utilização de seu conhecimento (2020, p. 114).

Ao contrário de um "empreendedor", estamos diante da configuração do trabalhador como um "autogerente inteiramente subordinado" (ABÍLIO, 2019; 2020) que impõe a si próprio metas draconianas, com longas e intensas jornadas de trabalho, a fim de compensar a baixa e restrita remuneração a que estão submetidos. Embora o trabalhador não tenha a subordinação clássica a um chefe, ele tem a subordinação algorítmica, visto que são as plataformas, por meio de seus programadores, que definem o funcionamento dos algoritmos. Além de proporcionar relações autocráticas entre plataformas e trabalhadores, os algoritmos promovem uma verdadeira despersonalização, ao serem apresentados sob o véu da pretensa neutralidade técnica. Ademais, em determinados espaços laborais, os trabalhadores organizados em células produtivas, a cumprirem metas, transformam-se em vigias de si e dos outros, assumindo, cada vez mais, a função de gerenciamento. Nesse sentido, a plataformização potencializa a fragmentação da classe trabalhadora e obstaculiza a formação de uma consciência de classe.











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Trata-se de um fetichismo tecnológico, sob um discurso ideológico de neutralidade e objetividade, em que os aplicativos de plataforma adquirem a aparência fantasmagórica de "entes", dotados de vida e vontade próprias. Na realidade, o misticismo que envolve as inovações tecnológicas obscurece determinações de classe e relações de exploração historicamente definidas.

A "plataformização do trabalho" institui uma nova forma de organização, gestão e controle do labor que tende a ampliar a precarização para um número crescente de trabalhadores, por meio da negação da condição jurídica de empregado. Consequentemente, tem-se o mascaramento de relações salariais - elemento central da estratégia empresarial - a consubstanciar empregos desprotegidos de direitos e submetidos às formas brutais de exploração. Trata-se de uma "estratégia de trabalho sem emprego e de extração direta de valor" (FONTES, 2017), que tem a Uber como modelo de destaque a ser replicado em diversos setores da economia.

Com a plataformização, as empresas estrangeiras de plataforma eximem-se de custos de reprodução do capital e de custos sociais, que vêm sendo assumidos pelo Estado - a exemplo de despesas com saúde e benefícios assistenciais - e pelos próprios trabalhadores, que asseguram os meios de trabalho como veículos com os respectivos combustíveis, computadores (para o teletrabalho), máquinas (para produção doméstica), espaços físicos, climatização, eletricidade e demais instrumentos de trabalho. No caso dos trabalhadores que usam *bike* e patins, o desgaste intensivo da força física reduz ainda mais o tempo de vida do próprio trabalhador.

Outrossim, as transformações contemporâneas na esfera produtiva e na organização do trabalho "[...] são responsáveis pelo desencadeamento de diferentes e novas patologias que estão na base do estado de mal-estar atual, responsável pelo aumento de assédio moral, atos de violência psicológica e suicídios no trabalho" (BARRETO; HELOANI, 2011, p. 191). Especialistas acreditam que a expansão das Lesões por Esforços Repetitivos (LER), por exemplo, estão













associadas às mudanças na organização do trabalho e à introdução de novas tecnologias, desencadeadas pela permanente reestruturação produtiva em curso.

Estas situações desencadeadoras de adoecimento e acidentes de trabalho configuram expressões da crise civilizacional produzida pelo sistema do capital, entendido para além do rebaixamento salarial, mas que envolve também a precarização existencial dos trabalhadores (ALVES, 2013). O aviltamento da saúde da classe trabalhadora é parte integrante dessa dinâmica, a desencadear novos padrões de adoecimentos laborais, no contexto de intensificação dos processos de superexploração da força de trabalho.

4 CONCLUSÃO

O ecossistema de plataformas exige um adequado estudo da Economia Política, para estabelecer as necessárias mediações entre financeirização e plataformização. Poucos e inovadores estudos investem na aproximação analítica dessas dimensões da contemporaneidade capitalista. Ademais, a plataformização, vista como o cume do desenvolvimento científico-tecnológico, nos marcos da financeirização, aprofunda a desigualdade entre os países centrais e periféricos, representando uma forte ofensiva do capital, a precarizar a força trabalho

Assim, constata-se que o lado socialmente mais perverso da plataformização, incide nas relações de trabalho. De fato, além da retirada dos direitos socais, conquistados historicamente pela classe trabalhadora, os trabalhadores e trabalhadoras constroem relações de competição, favorecendo ainda mais as empresas e plataforma. O uso intensivo dessa arquitetura digital alija os sindicatos de quaisquer mediações e pressões em favor dos trabalhadores. Considerando as novas formas de vínculo entre trabalhador e empresa, nas quais o capital não necessita investir nos meios que viabilizam a realização do trabalho, o mais-valor apropriado pelo capitalista atinge patamares inimagináveis de lucratividade. A plataformização do trabalho, nos moldes atuais, configura um modo singular de











acumulação capitalista ao impor uma nova forma de mediação e de exploração do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABILIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. In: ANTUNES, R (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

______. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, vol.18 no.3. Valparaíso, nov. 2019. Disponível em:< https://www.scielo.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf>

ALVES, G. Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Praxis, 2013.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BARRETO, M. M. S.; HELOANI, J. R. M. Da violência moral no trabalho à rota das doenças e morte por suicídio. In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (orgs.) **Trabalho e Saúde**: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011.

BRANCHER, P. T. L.; POLITA, E. A geopolítica das plataformas: características estruturais da plataformização e as especificidades do modelo chinês. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 86 – Dossiê de Geopolítica, p. 41-68, mai. 2023.

DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. *The Platform Society*. New York:Oxford University Press, 2018.

DIJCK, J. Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance. **New Media & Society**, vol. 23(9), 2802-2819, 2021.

DOS SANTOS, T. Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo. 1. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

FIGUEIREDO, Carlos. Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. **Revista EPTIC**. vol. 21, nº 1, jan.-abr, 2019.













FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx Marxismo. v.5, n.8, ian/jun, 2017. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

MARX, K. O Capital. [Livro I] 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

. O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção do capital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

PAULANI, L. Não há saída sem a reversão da financeirização. Cadernos de Análise de Conjuntura. São Paulo, Associação dos Amigos da Escola Florestan Fernandes, n.1, p. 47-88, 2018.

RICHTA, R. Economia socialista e revolução tecnológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

SADOWSKI, J. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. Big Data & Society, 1-12, jan./jun. 2019.













EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO SISTEMA DO CAPITAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: CICLOS DE AJUSTE, CRISE E RECONFIGURAÇÕES DO ESTADO (1990-2023)

Alba Maria Pinho de Carvalho Márcio de Souza Porto Leila Maria Passos de Souza Bezerra

RESUMO

No contexto brasileiro de crises e reconfigurações do capital, delineiam-se processos de acumulação dependente, desigual e combinada, materializando nova fase do imperialismo. A partir de 1990, verifica-se a confluência de dois processos contraditórios: a democratização e o ajuste ao capitalismo financeirizado, com seus ciclos peculiares. Acirra-se a dependência, em consonância com os cenários nacional e mundial. De forma tardia, deflagra-se a crise contemporânea brasileira, compreendendo a crise da forma mercadoria, a crise da forma política estatal e a crise da forma jurídica. Em um cenário geopolítico de crise, redefine-se o modelo brasileiro de ajuste rentista-neoextrativista. O Golpe de 2016 inaugurou um tempo histórico de recomposição do Bloco no Poder e do Estado, predomínio da dimensão ajustadora, da perspectiva ultraliberal do Ajuste e de Políticas de Austeridade, com desmonte da democracia e crescente autoritarismo. O ápice é o Governo Bolsonaro, permeado pela pandemia do covid19, a provocar tragédias na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Financeirização. Ajuste Brasileiro. Crise Brasileira.

ABSTRACT

In the Brazilian context of crises and capital reconfigurations, processes of dependent, unequal and combined accumulation are outlined, materializing a new phase of imperialism. From 1990 onwards, two contradictory processes converged: democratization and adjustment to financialized capitalism, with its peculiar cycles. Dependence intensifies, in line with the national and world scenarios. Lately, the contemporary Brazilian crisis breaks out, comprising the crisis of the commodity form, the crisis of the state political form and the crisis of the legal form. In a geopolitical scenario of crisis, the Brazilian rentier-neoextractivist adjustment model is being redefined. The 2016 Coup inaugurated a historic time of recomposition of the Bloc in Power and the State, predominance of the adjustment dimension, of the ultraliberal perspective of Adjustment and Austerity Policies, with the dismantling of democracy and growing authoritarianism. The apex is the Bolsonaro Government, permeated by the covid19 pandemic, causing tragedies in Brazilian society.

Key words: Financialization. Brazilian Adjustment. Brazilian Crisis.















1 INTRODUÇÃO

No século XXI, o Brasil aprofunda sua inserção nos circuitos do capitalismo mundializado, iniciada nos anos 1990, quando desenvolveu o chamado "ajuste estrutural". É uma nova forma histórica de dependência, sob a égide e comando do capital financeiro, associada ao retrocesso do País à condição de exportador de commodities. Como base do processo de ajuste, o Brasil assume o modelo rentistaneoextrativista, com distintas configurações segundo os ciclos de ajuste. O Golpe de 2016 desencadeia uma tempo de acirramento da dependência brasileira, nos marcos da radicalização do ajuste fiscal, com a implementação de políticas de austeridade, implicando na superexploração da força de trabalho.

Assim, impõe-se como exigência, "desafio e fardo do [nosso] tempo histórico" (MÉSZÁROS, 2007), desvendar a contemporaneidade brasileira, justamente, nesse novo tempo de reconstrução do país, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, em meio às contradições de uma Frente Ampla e às tensões das direitas com base de massa.

O presente texto contém sistematização de nossas pesquisas e reflexões dos últimos vinte anos, destacando, inicialmente o processo de ajuste brasileiro, base do modelo rentista-neoextrativista, a constituir o chão histórico das mudanças ocorridas no país, nos últimos 33 anos; em seguida, apresenta os ciclos de ajuste, adentrando, então no Brasil do Presente para, finalmente, delinear a crise e o golpe de 2016, com dominância das direitas.

2 O PROCESSO DEPENDENTE DE AJUSTE BRASILEIRO NO CONTEXTO DA CRISE: O MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA

Com base na divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos, nos países dependentes da América Latina, a acumulação do capital













assume características próprias, desenvolvendo tendências estruturais peculiares destas formações econômico-sociais, configurando-se como uma acumulação dependente. Como esta acumulação dependente ocorre, necessariamente, dentro da economia internacional, "[...] ela é profundamente condicionada pela característica desigual e combinada das relações econômicas do capitalismo mundial, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros capitalistas, pelas políticas econômicas do Estado, etc" (AMARAL, 2012, p. 45).

De fato, nos últimos cinquenta anos, efetivam-se mudanças substanciais nas formas capitalistas de organização e funcionamento, indicando a entrada do capitalismo em uma nova fase, denominada por François Chenais de "mundialização com dominância financeira" (CHESNAIS, 1996, 2005). Leda Paulani e Marisa Amaral (2017) chamam a atenção para o fato de que, nesta fase de financeirização da economia, tem-se uma nova fase do imperialismo, com crescente dependência externa e perda de soberania nacional.

Impõe-se a exigência de ajuste dos países à dinâmica do capitalismo rentista, em coadunância com a sua posição e situação na divisão internacional do trabalho. Desse modo, os países da periferia do sistema capitalista consolidaram políticas neoliberais, pautadas no Consenso de Washington, com destaque para o combate à inflação, por meio de planos de estabilização, da abertura irrestrita e da economia e reformas estruturais do Estado (FILGUEIRAS, 2018).

No caso brasileiro, o ajuste ocorre de modo tardio e intensivo, configurando a chamada contemporaneidade brasileira, a compreender as quatro últimas décadas (1980-2023). Trata-se de um período histórico caracterizado por dois marcadores sócio-políticos: a democratização e o ajuste brasileiro ao capitalismo financeirizado (CARVALHO, 2022).

De fato, em meados da década de 1970, as lutas sociais, emergentes na sociedade brasileira, contribuíram para a débâcle da Ditadura Civil-Militar de 1964, deflagrando processos de democratização. Trata-se da articulação de uma sociedade civil forte, plural, permeada por relações de forças sociais, mobilizadas,













com base em bandeiras comuns e específicas, tendo sempre como horizonte a construção da democracia e ampliação de direitos. Configura-se uma ampliação do Estado, pela via da Política, nos termos gramscianos (GRAMSCI, 2002), cujo ápice é a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Em 1989, em um cenário de ampliação de direitos sociais, expressos na CF/88, no âmbito da luta de classes, a expectativa de consolidação da democracia é frustrada, com a eleição direta do primeiro presidente civil, apoiado pelas elites e forças conservadoras, em articulação com o poderio estadunidense. Assim, a partir de 1990, deflagra-se, no País, o processo de inserção ao capitalismo financeirizado, consubstanciando a experiência brasileira de Ajuste tardio, subordinado, dependente e periférico (CARVALHO,1999) que se reproduz até hoje, 2023, com distintas expressões e inflexões (CARVALHO, MILANEZ, GUERRA, 2018).

3 OS CICLOS DE AJUSTE DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO (1990-2016)

A rigor, ao longo de mais de trinta anos, nos circuitos do capitalismo dependente, o Brasil vivencia o que denominamos ciclos de ajustesⁱ. Em verdade, nestes percursos do ajuste, circunscritos na história econômica e sociopolítica brasileira contemporânea, consubstanciam-se 8 (oito) ciclos de ajuste: *ciclo de adesão à agenda do Consenso de Washington e abertura irrestrita da economia (Governo Collor de Mello – 1990 a dezembro de 1992); ciclo de estabilização da economia (Itamar Franco – dezembro de 1992 a 1994 – e os dois governo de Fernando Henrique Cardoso – 1995 a 2002); ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstrução do mercado interno de consumo de massa (primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva – 2003 a 2006 – e primeira metade do seu segundo governo – 2007 a 2008); ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo (segunda metade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva – 2008 a 2010 – e primeiro governo de Dilma Rousseff – 2011 a 2014); ciclo de*











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

tentativa de intensificação da ortodoxia rentista em um ajuste à direita (segundo governo de Dilma Rousseff – 2015 a 2016 – mandato interrompido pelo impeachment/Golpe); ciclo de aprofundamento do Estado Ajustador e de contrarreformas neoliberais (governo de Michel Temer – maio de 2016 a 2018), a gerar regressão social; ciclo de articulação do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo político-cultural (governo de Jair Bolsonaro – 2019 a 2022), a delinear o chamado bolsonarismo; ciclo de reconstrução democrática e de retomada de Políticas Públicas, em uma Frente Ampla (terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva – 2023, em curso).

Nos percursos da história contemporânea, nos diferentes ciclos de ajuste, sobretudo, na Era FHC (1994-2002), o Brasil consolida seu ajuste ao capitalismo financeirizado, radicalizando políticas neoliberais, via Plano Real. Nesse cenário, constitui uma versão peculiar do modelo de ajuste: o modelo rentista-neoextrativista, resultante da articulação do capital financeiro e do capital vinculado ao neoextrativismo (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018). Nesses Ciclos do Ajuste brasileiro, o modelo assume características próprias e inflexões, revelando formas específicas de dependência. Nestes trinta e três anos de ajuste (1990 - junho de 2023), é digno de nota o acirramento da dependência brasileira, em coadunância com os distintos cenários econômico-políticos (LUCE, 2018).

Especificamente, no ciclo de "adesão à agenda do Consenso de Washington e abertura irrestrita da economia" e no ciclo "de estabilização da economia", deflagra-se e consolida-se o processo de ajuste brasileiro, iniciado de forma atabalhoada e inconclusa, no governo de Fernando Collor de Mello, a viabilizar determinados pontos da agenda, sem conseguir debelar a inflação. De fato, Collor não se mostrou o "condottiere" adequado à implementação da Agenda de Wall Street, desencadeando um processo de Impeachment.

No interior do segundo ciclo, o governo de Itamar Franco (1992-93) continua um ajuste ativo à agenda de *Wall Street*, via Plano Real, liderado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Segue-se, então, a Era FHC, ponto alto













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

do segundo ciclo, alicerçada no capital político da estabilização da economia, a acatar, de forma intensiva, a agenda de ajuste definida pelos países capitalistas centrais, sobremodo, pelos Estados Unidos, viabilizando os mecanismos e as estratégias de desregulamentação e desnacionalização do País. Assim, provoca-se um duplo fenômeno: a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações. Desse modo, o Plano Real consubstancia uma forma estatal, em sintonia com as exigências do capital e do mercado, configurando o que pode ser chamado de "Estado Ajustador" (CARVALHO, 1999). Esta forma estatal do mercado confronta-se com o Estado Democrático de Direito, avançando na lógica de ajuste e fragilizando lutas e conquistas democráticas, em meio a uma oposição, de caráter classista, representada, sobremodo, por organizações e centrais sindicais, por partidos de esquerda, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Neste cenário, destaca-se a versão da reforma do Estado brasileiro dos anos 1990, a se ajustar à ideologia e às políticas neoliberais. A Era FHC tem como marco a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), liderado por Bresser Pereira que destaca a "reforma ou reconstrução do Estado brasileiro como a grande tarefa política dos anos 1990" (PEREIRA, 1997).

Indiscutivelmente, os governos de Fernando Henrique Cardoso consolidaram, no Brasil, o neoliberalismo. Determinadas medidas da Era FHC constituem a base de estratégias de desmonte da forma estatal democrática: a Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C. nº 101/2000); a Reforma da Previdência, enviada ao Congresso em 1995 (E.C. nº 20/1998); as privatizações, baseadas na Lei 9.491/1997.

Os ciclos de ajuste da chamada Era Petista (2003-2015) — ciclo de "consolidação das políticas de ajuste e de reconstrução do mercado interno de consumo de massa" e ciclo de "articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo" — aprofundam o ajuste, na tentativa de "conciliação de classes" (CARVALHO; RODRIGUES JUNIOR, 2019). Tal configuração petista permitiu uma expansão do mercado interno brasileiro. Ganham relevo as políticas













de enfrentamento à pobreza: aumentos reais do salário-mínimo, com rebatimento nas aposentadorias e benefícios previdenciários; "Bolsa Família", como programa de transferência de renda; "Programa Minha Casa, Minha Vida". Tais políticas viabilizaram a inserção social de segmentos da classe trabalhadora, pela via do consumo, resultando em uma relativa redução dos índices de pobreza e na saída do Brasil do Mapa da Fome. Outro elemento marcante desses ciclos petistas é a expansão do Ensino Superior, mediante distintas políticas e programas, permitindo, inclusive, o acesso a esse nível de ensino de setores historicamente excluídos. Tem-se, ainda, uma ampliação do próprio Sistema de Proteção Social, com relativos avanços nos sistemas públicos estatais de saúde e assistência social.

Em um contexto de crise do capitalismo mundial, contraditoriamente, o Brasil vivenciou a "bonança petista" do então chamado "modelo brasileiro de crescimento com inclusão" (2003-2012). Tal modelo constituiu uma relativa blindagem do Brasil, em face da crise financeira mundial, mediante a ampliação e o fortalecimento do mercado interno que, no entanto, não logrou sustentar-se por conta própria, considerando os próprios marcos do capitalismo dependente. A débâcle desse modelo está entre as razões imediatas do deflagrar da crise na contemporaneidade brasileira. Ademais, tem-se como marco inicial simbólico desta crise as Manifestações de 2013, a publicizarem uma insatisfação com o modelo de ajuste petista. Emergiram, então, na cena brasileira, novos marcos da crise: combates acirrados nas eleições de 2014, com amplas manifestações da direita; o *Impeachment* de Dilma Rousseff, configurando o Golpe de 2016; a Operação Lava Jato, a culminar com a perseguição e prisão de Lula, em 2018.

Com o Golpe de 2016, os ciclos de ajuste passam por mudanças profundas na sua natureza. Têm-se reconfigurações do Estado brasileiro, com a dominância das direitas e da extrema direita, em uma perspectiva ultraliberal do Ajuste Fiscal e das Políticas de Austeridade, com desmonte da Democracia e crescente autoritarismo. Tal período, por nós denominado "Brasil do Presente" (2016-2022), constitui um contexto de reviravoltas que privilegiam, de modo radical, os interesses













do capital e dos segmentos conservadores, em detrimento de direitos das classes trabalhadoras. Amplos segmentos da população brasileira são atingidos pelas elevadas taxas de desemprego e por múltiplas formas de precarização do trabalho. a trazer a fome e a miséria para o centro da vida cotidiana do país, como fenômeno perverso que destitui da condição de dignidade humana, mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras, em meio ao desmonte da proteção social no país e aos perversos ajustes das formas de proteção social e do trabalho (CARVALHO, 2022).

4 BRASIL DO PRESENTE: CRISE, GOLPE E DOMINÂNCIA DAS DIREITAS

No "Brasil do Presente" (2016-2022), configuram-se três movimentos orgânicos, de dimensões estruturais e essencialmente imbricados: a Crise Contemporânea Brasileira; o Golpe de 2016 e sua pesada arquitetura de desmontes; o Bolsonarismo, fundado na articulação singular das direitas e das forças conservadoras. A estes três movimentos orgânicos agrega-se um movimento conjuntural de longa duração (2020-2022): a pandemia do coronavírus, como agravante da crise contemporânea do país (CARVALHO, 2022).

Em primeiro lugar, impõe-se discutir a Crise Contemporânea Brasileira, em meados da segunda e limiar da terceira década do século XXI. Tal crise materializa expressões peculiares da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011). Trata-se de uma crise do capitalismo, de raiz econômica que, necessariamente, se desdobra em contradições do Estado e do Direito, vinculando-se ao substrato da formação social brasileira dependente e periférica (MASCARO, 2018). Logo, tem-se uma imbricação de crises econômica e política, envolvendo a forma jurídica em seus aparatos de "judicialização da política" e "politização da justiça" (GALVÃO, 2020).

Alysson Mascaro (2018) sustenta que tal crise perpassa três dimensões da contraditória sociabilidade do sistema do capital: "crise da forma mercadoria", no que tange à acumulação e à valorização do valor; "crise da forma política estatal", referente aos variados modos de administração política da economia e da luta de classes; "crise da forma jurídica", em sua conformação com a forma política-estatal













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

e com expressões nos aparatos e aparelhos de legalização, perseguição e julgamento, como os tribunais. Este momento-limite chega ao Brasil somente na segunda década do século XXI. De fato, em 2013, verifica-se a captura definitiva do país pela dinâmica geral da crise do capitalismo internacional (MASCARO, 2018). A articulação da "crise da forma mercadoria" com a "crise da forma política estatal" produz um esgotamento da versão petista do modelo de ajuste.

Nessa conjuntura, ganha relevo a Operação Lava Jato, com graves consequências econômicas e políticas. Na sua cruzada contra a corrupção, o lavajatismo destruiu empresas, sobretudo, no setor da construção civil e interferiu fortemente no desmonte de postos de trabalhos. A Lava Jato interferiu efetivamente no cenário político, ao incidir o seu foco nas esquerdas, gestando o antipetismo como fenômeno sociopolítico, com repercussões na configuração do Estado.

Como elemento central da crise da forma mercadoria, o modelo rentistaneoextrativista passa, então, por redefinições, em coadunâcia com o contexto
geopolítico mundial. Assim, entre 2013 e 2014, o ajuste brasileiro confronta-se com
um cenário internacional desfavorável. Ocorre uma queda nos preços das
commodities, atingindo o grande capital, com repercussões nos pilares do modelo
de ajuste. Nestes tempos de crise, para manter seus níveis de lucro e de
acumulação, setores do capital nacional e estrangeiro rompem o chamado "pacto de
classes" com o governo de Rousseff, configurando a crise da forma política estatal.

Manifesta-se, então, a crise contemporânea brasileira, constituindo o chão histórico do Golpe de 2016, urdido pelas elites do capital, em conluios espúrios com o Legislativo, o Judiciário e a Grande Mídia. Nesta conjuntura-limite, expressa-se a resistência de instituições democráticas e de segmentos da sociedade civil que protestam em manifestações de rua, fazendo ouvir um coletivo de vozes de indignação na cena do país. No entanto, as forças de resistência não conseguem desmontar, ou, mesmo, tensionar, a pesada arquitetura do Golpe, então em curso.

O Golpe de 2016 instaura o governo de Michel Temer (2016-2018), com novos Ciclos de Ajuste, de caráter ultraliberal, a promoverem políticas de espoliação













de direitos, das riquezas nacionais e do Fundo Público, bem como a intensificação da superexploração da força de trabalho. Estrutura-se, então, a pesada arquitetura do Golpe de 2016, lançando as bases de um projeto de extrema-direita, pensado para longo prazo, com inspiração no documento "Uma Ponte para o Futuro". A arquitetura de "sucessivos golpes dentro do Golpe" consubstancia-se no conjunto das chamadas contrarreformas neoliberais, a desestruturarem o aparato jurídico-institucional garantidor de direitos e conquistas democráticas. Rompe-se o pacto da cidadania da CF/88 e, mesmo, o pacto getulista da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 01 de maio de 1943. Trata-se, portanto, da crise da forma jurídica que articula a crise da forma estatal e a crise da forma mercadoria.

Na gestão Temer, merecem especial destaque duas investidas-chave, a atingir, fortemente, a configuração estatal democrática. A primeira investida é a contrarreforma da Legislação Trabalhista, Lei nº 13.467/2017, a desmontar a CLT, intensificando a legalização da própria superexploração da força de trabalho, com desmonte de regulações na relação capital/trabalho, em um contexto de vulnerabilidade crescente do movimento sindical. A segunda investida incide, diretamente, no pacto histórico de afirmação e reconhecimento de direitos, introduzindo na CF/88 mudanças de amplo espectro, no sentido de garantir um ajuste fiscal radicalizado, constitucionalizando uma lógica de financismo. (CARVALHO, 2022). É emblemática a Emenda Constitucional 95 (E.C. nº 95), do Teto dos Gastos Públicos, aprovada em 13 de dezembro de 2016.

Ao mesmo tempo, efetiva-se uma regressão da cultura política democrática, a desmontar políticas identitárias, fundadas na dialética igualdade/diferença. É o caso das políticas de afirmação dos direitos das mulheres, dos povos originários, de defesa e reconhecimento da igualdade racial e de direitos da população LGBTQIA+. Neste contexto, o Brasil do Presente é marcado pelo avanço e organização das direitas e, particularmente, da extrema-direita. A partir das Jornadas de 2013 e com o real fortalecimento nos embates pró-Impeachment de Dilma Rousseff, a "direita ganha as ruas e as redes sociais" (CARVALHO, 2022).













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Desse modo, como culminância do Golpe de 2016, a extrema-direita vence as eleições presidenciais de 2018, fazendo emergir o Bolsonarismo como fenômeno sociopolítico. A rigor, o Bolsonarismo está para além de Jair Bolsonaro, embora esta figura grotesca e patética tenha significados sócio-políticos, trazendo à baila marcas históricas da formação social brasileira e da nossa própria cultura política.

É importante destacar a peculiar e estranha composição das direitas na contemporaneidade brasileira. São direitas no plural que se entrecruzam e se complementam em um ousado plano estratégico de construção e difusão de ideologias. Tal pluralidade das direitas expressa-se na complexa composição do Bolsonarismo que dominou o aparelho estatal brasileiro, no governo de Jair Bolsonaro. Trata-se de uma articulação de diferentes matrizes políticas e doutrinárias que, no período de 2019 a 2022, atuaram como forças dominantes, a perpassarem a sociedade política e a sociedade civil, cabendo destacar: ultraneoliberalismo dependente; militarismo autoritário; reacionarismo político-cultural, fincado no fundamentalismo religioso; judicialismo do extermínio de "bandidos", como pilar da segurança pública.

Nos percursos do Brasil do Presente é fundamental uma demarcação que entra para a História recente do país: a pandemia do coronavírus, a permear o governo Bolsonaro. Com efeito, na contramão de parte considerável dos outros Estados nacionais, o governo de Jair Bolsonaro assume uma postura genocida, como política de Estado. Tal postura materializa-se em diferentes situações, amplamente publicizadas na CPI da Pandemia, em 2021: atraso na compra de vacinas e negação pública de sua eficácia; negligência no fornecimento de insumos básicos, indispensáveis ao tratamento da COVID-19, levando ao caos sanitário, sendo emblemático o caso da cidade de Manaus, em 2020; confronto do governo Bolsonaro com os governos estaduais. Assim, a imbricação do governo Bolsonaro com a pandemia da COVID-19 configura uma "dupla pandemia de alto risco", acarretando tragédias na cena brasileira: a gigantesca onda de mortes, que poderiam ter sido evitadas, atingindo cerca de 700 mil brasileiros e brasileiras, a





APOIO







constituir um verdadeiro genocídio; o agravamento da questão social, também letal, corroendo as condições de trabalho e de vida de parte significativa da população brasileira.

No interior do governo de Jair Bolsonaro, verifica-se a radicalização das políticas ultraliberais, em meio a um acirramento da crise, repercutindo violentamente na vida da população brasileira. Tem-se um recrudescimento da pobreza, cuja face emblemática é a fome, que atinge mais de 30% da população brasileira. Ademais, o governo Bolsonaro caracteriza-se por uma escalada autoritária, com desmonte e/ou esvaziamento de espaços institucionais de debate, participação e controle social. Em 11 de abril de 2019, o Decreto Presidencial nº 9759/2019 promove a extinção dos órgãos colegiados (conselhos, comitês e outros mecanismos) que possibilitam a participação da sociedade civil na administração pública federal. Não fosse a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6121, que impedia ao chefe do Executivo de extinguir colegiado cuja existência tivesse menção em lei, a destruição e a redução do Estado teriam sido ainda maiores. As novas regulamentações bolsonaristas acarretaram drásticas mudanças, com a recomposição dos conselhos, privilegiando a participação de representantes do governo e reduzindo os espaços da sociedade civil.

Igualmente, o governo de Jair Bolsonaro caracteriza-se por medidas institucionais ultraliberais, de graves consequências na configuração estatal, a exemplo da Lei Complementar nº 179/2021, que dispõe sobre a autonomia do Banco Central e da Lei Complementar nº 14.026/2020, que dispõe de novos marcos legais para o Saneamento Básico. Na verdade, a gestão bolsonarista vale-se do chamado "infralegalismo autoritário", método a privilegiar "a implementação de uma agenda populista e autoritária por meio da edição de decretos, nomeações e ações no âmbito administrativo, orçamentário e burocrático" (VIEIRA, GLEZER, BARBOSA, 2022, p. 592).











5 CONCLUSÃO

A contemporaneidade brasileira atualiza a marca histórica da dependência. O Golpe de 2016 instaura um tempo histórico de regressão democrática. A sociedade civil das direitas é incorporada no aparato estatal, desmontando-se os mecanismos democráticos de participação e controle social. Por outro lado, as forças sociais progressistas e de esquerda são excluídas da dinâmica do Estado, consideradas inimigas a serem destruídas.

A democracia é violentamente atingida no período 2016-2022, sendo afrontada permanentemente com ameaçada de mais um golpe, trazendo de volta uma nova ditadura civil-militar. Tem-se, assim, um contexto de radicalização da luta de classes, expressa com veemência nas eleicões de 2022, com dois projetos de Brasil em confronto: o Bolsonarismo e suas configurações neofascistas; o projeto de uma Frente Ampla, articulado em torno da figura de Luis Inácio Lula da Silva. Tais projetos são antagônicos à questão da democracia e ao relacionamento institucional entre os Podres da República e a própria sociedade civil. No entanto, os dois projetos não tocam no núcleo da acumulação capitalista e não tensionam, no seu âmago, o grande capital, nacional e estrangeiro (MOREIRA, 2022). Uma diferenciação fundante situa-se no âmbito da política econômica, tomando como base a questão do mercado interno.

Em um contexto de tensões, o projeto liderado por Lula vence as eleições de 2022. Deflagra-se, assim, em 2023, um novo ciclo de ajuste de "reconstrução democrática e de retomada de Políticas Públicas, em uma Frente Ampla". O terceiro governo de Lula vem enfrentando, desde a transição, uma pesada oposição do Bolsonarismo, com sua base de massas, seus legítimos representantes e aliados no Congresso Nacional. Este tempo de reconstrução democrática é permeado por intensas disputas, no interior da Frente Ampla e da oposição. A História está em aberto!











REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP) - Programa de Pós-Graduação em Economia, 2012.

AMARAL, M. S.; PAULANI, L. O vislumbre de uma nova fase do imperialismo diante da financeirização do capitalismo contemporâneo. 2013, Anais.. São Paulo: **Sociedade Brasileira de Economia Política** - SEP, 2013. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2487. Acesso em: 10 ago. 2021.

CARVALHO, A. M. P. **O** "Brasil Real" em questão: um resgate do olhar crítico dos cientistas sociais. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1999.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In*: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (orgs). **Tramas para justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CARVALHO, A. M. P.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do golpe de 2016 no Brasil contemporâneo. *Em Pauta* (RIO DE JANEIRO), v. 44, p. 274-291, 2019.

CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. Inserção dependente e subordinada da América Latina no cenário mundial: teorizações em busca da análise da posição e do lugar dos países periféricos latino-americanos nos processos de acumulação capitalista. **Diplomado CLACSO**, 4º Módulo, Pensamento Social e Político na América Latina, Fortaleza, ago. 2021.

CARVALHO, A. M. P. A política de Assistência Social na contemporaneidade brasileira: agravamento da questão social, desproteção social, desmonte do SUAS e resistências no Brasil do Presente, 2016-2022. Conferência de Abertura do Módulo sobre a Política de Assistência Social. Curso de Aperfeiçoamento do CREAS, Ceará, 2022.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. 1. Ed. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In*: **A finança mundializada: raízes sociais e**













políticas, configuração, consequências. CHESNAIS, François (org.). p. 35-68, São Paulo: Boitempo, 2005.

FILGUEIRAS, L. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**. Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Vol. 3, Maquiavel – notas sobre o Estado e a política, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho: coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Noqueira – 3ª ed. Rio de iro: Civilização Brasileira, 2002.

LUCE, M. S. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MASCARO, A. Crise e golpe. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

______. A crise estrutural do capital. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, A. V. M. Duas formas políticas em disputa nas eleições presidenciais brasileiras de 2022. Fortaleza, 2022, texto no prelo.

PEREIRA, L. C. B. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. **Caderno 1,** Brasília - DF: Brasil, MARE Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

SILVA, J. J. G. A politização do judiciário nas tessituras do Golpe de 2016: do mensalão petista à prisão de Lula. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará - Centro de Humanidades - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2021.

VIEIRA, O. V.; GLEZER, R.; BARBOSA, A. L. P. Supremacia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Federal durante o governo Bolsonaro. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 41, nº 03, p. 591-605,set./dez. 2022.

¹ Em trabalho investigativo, iniciado nos anos 2000, com publicações em artigos e capítulos de livros, Carvalho e Guerra delinearam ciclos de ajuste, compreendendo o período que começa em 1990, até hoje – final do primeiro semestre de 2023. É um percurso de pesquisa em aberto, acompanhando a "História se fazendo".







APOIO



